

DESPACHO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.11-001/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2019 - CP

Trata-se de Recurso Administrativo, apresentado pela empresa DTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ sob o nº 13.640.830/0001-25, COM SEDE na Avenida Mister Hull, nº 5080, sala 204 bairro Antônio Bezerra, CEP – 60.356-682, em Fortaleza, CE, através de seu representante o Sr. Daniel Teodósio Cardoso, CPF, 003.267.963-71, contra a decisão do Presidente da Comissão de Licitações deste município, sob a inabilitação desta empresa por ocasião da participação na licitação tipo concorrência pública de nº 002/2019 – CP, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada no ramo de Engenharia, para execução, mediante Regime de Empreitada por Preço Global, de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos do Município de Jaguaruana, Estado do Ceará.

O subscritor do pedido ora examinado apresentou recurso, contra a decisão do presidente da comissão de licitações no referido processo, sob a alegação de erro no julgamento tendo esta pautada pelo rigorosíssimo formal, de que a decisão desta comissão está estritamente vinculada e que esta decisão ceifará um potencial concorrente, ancorando-se de que a concorrente cumpriu todas as exigências contidas na lei geral de licitações.

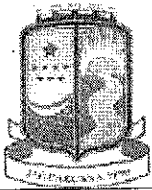
Se diz surpresa pela sua inabilitação em função de descumprimento do item 7.3.1.3 do edital e que esta comissão o teria inabilitado por deixar de apresentar um ou mais atestado de capacidade técnica, registrado no CREA/CAU, Exigida nos sub itens supra mencionado, conforme fielmente transcrito.

“Apresentou os atestados referente a execução dos serviços compatível com o objeto supramencionado, assim como também apresentou atestados de capacidade técnica operacional, junto aos seus documentos de habilitação, ENVELOPE “A” parte do processo licitatório mencionado, no entanto foi inabilitada.

Citou que na sua interpretação, houve um equívoco simples que a decisão da comissão merece ser reformada, visto tratar-se de parecer exclusivo da comissão de licitação, transcreve os motivos da inabilitação, **“por descumprir as predisposições anotadas no que tange ao item 7.3.1, no que tange especificamente a não comprovação das parcelas de maior relevância técnica, tão pouco serviços compatíveis, motivo pelo qual é imprecisa a conclusão pela capacidade técnica a participante em êxito de contratação anterior, necessária a formar a capacitação técnica mínima necessária a comprovar a sua expertise para a conclusão do objeto, caso venha ser vencedora.”**, e que a comissão ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima anunciado, incorreu em ato manifestamente ilegal.

Alegou que o dispositivo tido como violado deveria comprovar:

“Item 7.3.1.3. Comprovação da licitante possuir em seu quadro permanente na data do certame, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica que comprove (m) ter os profissional(is) executado para o órgão da administração pública direta ou indireta federal, estaduais municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, obras/ serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, não se admitindo atestado(s) de fiscalização da obra/serviços devidamente registrado no CREA, acompanhado das respectivas CATs, que detalhem todo orçamento das respectivas CATs.”



Que deveria a administração evidenciar qual a complexidade ou particularidade dos procedimentos que fossem impossíveis de se avaliar nos termos do § 8º e 9º do art. 30 da lei federal 8.666/93, que a recorrida juntou como prova a sua Capacitação Técnica Profissional, Além da Certidão do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), acompanhada de prova de regularidade da empresa e dos seus responsáveis técnicos, a certidão de acervo técnico (CAT), referente a prefeitura municipal de Groaíras e Jardins, ambas pertencente ao seu responsável técnico Dr. Henrique Dias da Silva, inscrito no CPF 011.293.833-77, Engenheiro Civil com especialização em estradas, RPN, CREA-CE sob o nº 060628947-0, e que consta na certidão de acervo técnico o registro da atividade técnica dos serviços de limpeza pública em Groaíras, CE.

“7.3.1.3. Quanto a capacitação técnico Profissional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, registrados no CREA/CAU, fornecidos por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente identificada, em nome do licitante, relativos a execução de serviços compatíveis em características quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação.”

Ainda citou o Art. 41 e § 3º, art. 43 da lei 8.666/93, pugnando pelo acolhimento do recurso.

A comissão por sua vez analisou os pressupostos concluindo pela admissibilidade e tempestividade, com base no art. 43 da Lei nº 9.784/99, o disposto no ítem 14.1 e 14.2 do edital, que tem com base legal o art. 109 § 4º da Lei 8.666/93.

“Art. 63 O recurso não será conhecido quando interposto:

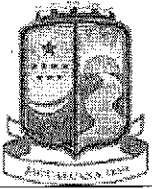
- I – fora do prazo;*
- II – perante órgão incompetente;*
- III – por quem não seja legitimado;*
- IV – após exaurida a esfera administrativa.”*

O item 14.1 e 14.2 do Edital dispõem que:

14.1 – A interposição de recursos referente a habilitação ou inhabilitação, de licitantes e julgamento das propostas, obedecerá o disposto no art. 109, § 4º da lei 8.666/93 de 1993.

14.2 – Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vistas franqueadas aos interessados, pelo prazo necessário a interposição de recursos.

14.3 – O recurso da decisão que habilitar ou inhabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais



recursos interpostos, eficácia suspensiva.

14.4 – Os recursos serão encaminhados com a seguinte destinação.

14.5 – O recurso será dirigido ao Sr. Alderício valente Rebouças, Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

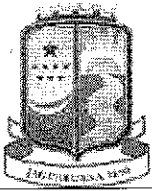
O Art. 109 da lei 8.666/93, assim dispõe:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) julgamento das propostas;*

Perquirindo o despacho da comissão, vejo que o certame teve sua abertura marcada para o dia 25/03/2019, tendo sido realizada em 26/03/2019 em função de feriado estadual, data marcada para recebimento dos envelopes de propostas e habilitação, tendo sido recolhido a documentação para análise da habilitação, tendo a divulgação de seu resultado ocorrido em 15/04/2019, e que em função da sua inabilitação, a empresa apresentou recurso em 22/04/2019, por tanto dentro do prazo estipulado no edital e respectivamente ao disposto no art. 109, da Lei geral de licitações, o que impôs a comissão manifestar-se pela sua admissibilidade e pela tempestividade.



Ressalto ainda que consta dos autos os atos publicatórios no Diário Oficial do Estado, Jornal de Grande Circulação, Portal da transparência dos municípios no site do TCE-CE, e flanelógrafo da prefeitura deste município.

Alega a recorrente que cumpriu os requisitos exigidos no item 7,3,1 do edital, que apresentou atestados de capacidade técnica da empresa e de seus responsáveis técnicos.

A recorrente diz que o dispositivo tido como violado deveria comprovar:

“ Ítem 7.3.1.3. Comprovação da licitante possuir em seu quadro permanente na data do certame, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica que comprove (m) ter os profissional(is) executado para o órgão da administração pública direta ou indireta federal, estaduais municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, obras/ serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, não se admitindo atestado(s) de fiscalização da obra/serviços devidamente registrado no CREA, acompanhado das respectivas CATs, que detalhem todo orçamento das respectivas CATs.”

A comissão por sua vez se contrapôs aos argumentos da recorrente, alegando que a sugestão da recorrente deveria ter sido tratado em tempo oportuno, já que teve a oportunidade de impugnar o edital para sugerir as devidas modificações e não o fez, e que tal sugestão se configura como inoportuna por se apresentar demasiada e tornaria o certame restritivo, o que levou a comissão a opor-se pela manifestação.

Sobre o assunto a comissão citou a art. 30 da lei de licitações, conforme a transcrição

Lei 8.666/93.

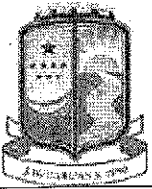
Art. 30. *A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II – “comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”

()...

()...



()...

§ 1º. "A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);"

I – "capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)."

"Grifei."

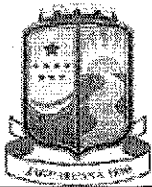
Por sua vez a comissão alegou que não assiste razão a recorrente, uma vez que esta apresentou atestado de capacidade técnica que não supre a exigências contidas pela contratação, visto que a execução anterior por ela apresentada, supre apenas parte dos serviços a serem executados e ainda mais, não apresenta CNAE compatível com determinados serviços a serem executados, não se mostrando razoável a habilitação para a contratação.

Prosseguiu afirmando não ser verdade que tivesse inabilitado a recorrente pelo descumprimento ao item 7.3.1, como assevera no bojo de sua peça recursal, pois consta da análise da habilitação das empresas concorrentes folhas 1112, que esta foi inabilitada no sub item 7.3.1.3 do qual assim transcreveu.

"

O Sub item 7.3.1.3 do edital, assim dispõe retificado por adendo em função de impugnação do edital assim dispõe:

"7.3.1.3. Quanto a capacitação técnico Profissional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, registrados no CREA/CAU, fornecidos por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente



identificada, em nome do licitante, relativos a execução de serviços compatíveis em características quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação.”

Citou os seguintes acordão do TCU:

Consulte também a Decisão: Plenário TCU: 431/1997; os Acórdãos: Plenário: 1945/2006, 1105/2006, 786/2006, 301/2005, 251/2005, 214/2005, 1708/2003, 1467/2003; Primeira Câmara: 2684/2004, 2465/2003; Segunda Câmara: 4070/2009 (Relação), 2231/2006, 577/2006, 628/2005.

Qualificação técnica

Licitante interessado no fornecimento de bens, execução de obras ou prestação de serviços para a Administração deverá qualificar-se tecnicamente para participar de licitações públicas.

A documentação relativa à qualificação técnica limita-se a:

Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

• são exemplos de entidades profissionais, o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea), o Conselho Regional de Administração (CRA) e outros conselhos fiscalizadores das profissões;

• Não se pode exigir quitação com as entidades profissionais, mas, sim, regularidade;

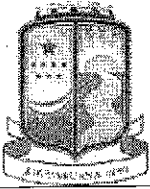
• Sindicatos não são entidades profissionais, nem a elas se equivalem. Por isso, não se pode exigir, para fins de habilitação, comprovante relativo a sindicatos patronais ou de empregados;

• Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

• Essa comprovação, no caso de licitações relativas a obras e serviços, dar-se-á por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, e por meio de certidões de acervo técnico (CAT);

• Será sempre admitida comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

“Grifo Nosso”



Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

Deste modo verifico que conforme se mostra a própria jurisprudência do TCU, a recorrente apresentou atestado apenas em parte dos serviços similares, e que diante da complexidade da contratação visto que se trata de coleta de resíduos sólidos e operação de lixo, esta não apresentou comprovação de aptidão equivalente ou superior ao exigido na contratação.

Ainda vejo que tendo sido provocada a procuradoria deste município declinou pela manutenção da decisão da comissão, motivo pelo qual, não vejo como prosperar os argumentos da recorrente, o que me faz decidir pela manutenção da decisão administrativa exarada pela comissão, mantendo inabilitada a empresa ora recorrente pelos fundamentos já devidamente expostos nos autos deste processo.

Comunique-se aos interessados dando publicidade a presente decisão.

Jaguaruana-CE, 03 de Maio de 2019.


Alderício Valente Rebouças

Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos